



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Administração e Logística
Comitê Interministerial de Governança de Serviços Compartilhados
Câmara Temática de Administração e Logística

ATA DE REUNIÃO

3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Data: 6 de dezembro de 2024.
Horário: 10h às 12h.
Local: Virtual, por meio da plataforma Teams.

I - PARTICIPANTES

Membros da Câmara Temática: relacionados no Anexo I.
Convidados: relacionados no Anexo III.

II - SECRETARIA-EXECUTIVA DA CTAL: não houve.

III - PAUTA

Assunto	Pontos para discussão
Contratos de mão de obra dedicada com postos exclusivos	a. Fiscalização dos contratos de mão de obra dedicada com postos exclusivos; b. Informações relacionadas à execução e gestão dos contratos; c. Indicação dos fiscais setoriais.
Contratos sob demanda	a. Responsabilidades dos fiscais setoriais nos contratos sob demanda

IV - ABERTURA

A reunião foi oficialmente aberta por Ana Lilia Lima dos Santos, Diretora de Administração e Logística da Secretaria de Serviços Compartilhados do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na condição de Presidente do colegiado.
Em sua fala, Ana Lilia deu boas-vindas a todos os presentes e ressaltou a importância da colaboração interministerial para a otimização dos recursos e serviços de administração e logística.

V. DISCUSSÃO

a. Contratos de mão de obra dedicada

Ana Lilia explicou que os contratos com dedicação exclusiva são geridos centralmente pelo ColaboraGov, enquanto a execução é descentralizada nos Ministérios. O modelo visa otimizar recursos e permitir que os Ministérios se concentrem em suas políticas públicas.

Pontos principais:

- (i) A fiscalização segue a Instrução Normativa Seges nº 5, de 2017, com ajustes necessários ao modelo ColaboraGov.
- (ii) A centralização dos gestores tem como objetivo garantir capacitação técnica e evitar sobrecarga nas unidades ministeriais.
- (iii) Apresentadas as dificuldades relacionadas a inconsistências em contratos podem ser reduzidas por meio de uma comunicação assertiva e o uso do ponto eletrônico.

Questionamentos:

1. Patrícia Alarcão relatou dificuldade em acessar contratos, termos de referência e informações de execução para subsidiar decisões locais e resolver questões relacionadas a glosas.
Ana Lilia explicou que todos os contratos e documentos são públicos e podem ser acessados no Portal Nacional de Compras Públicas ou no Contratos.gov.br. Em casos específicos, pode-se facilitar o acesso aos números de contratos para uma busca mais direcionada.
Em complemento, Lucimar Rizzo esclareceu para utilizamos os meios de acesso aos documentos informados, com o objetivo de evitar duplicidade de repositórios. Contudo, dúvidas específicas sobre condições de execução serão atendidas se formalizadas por e-mail.
2. Patrícia Alarcão questionou como lidar com situações de burla ao ponto eletrônico e garantir que glosas sejam corretamente aplicadas.
Lucimar Rizzo explicou que casos de burla ao ponto precisam ser reportados com detalhes. A equipe de gestão centralizada do ColaboraGov investiga e ajusta procedimentos quando necessário. Foi destacado que problemas como registro de ponto sem presença física devem ser reportados pelas unidades locais para análise.

b. Contratos sob demanda

Pedro Henrique informou que os contratos sob demanda têm apresentado desafios, especialmente relacionados ao papel dos fiscais setoriais. Destacou que há desafios operacionais na gestão desses contratos, especialmente relacionados à fiscalização, glosas e comunicação entre os gestores centrais e as unidades solicitantes.

Pontos principais:

- (i) A fiscalização de contratos sob demanda é complexa devido à variação nas necessidades e à dispersão dos responsáveis pelas solicitações.
- (ii) Não há, atualmente, uma ferramenta tecnológica que permita uma visualização em tempo real da utilização dos serviços sob demanda, o que torna o monitoramento mais trabalhoso e propenso a erros.

VII. INFORMES

a. SplitGov

Ana Lilia informou que a plataforma SplitGov está em fase avançada de desenvolvimento, com entrega prevista para janeiro de 2025. A ferramenta permitirá

- uma gestão mais precisa, oferecendo funcionalidades como:
- (i) divisão automática de custos por Ministério;
 - (ii) controle detalhado da alocação de mão de obra e serviços sob demanda;
 - (iii) transparência na aplicação de glosas.

b. Postos de controle

Luiz Coura detalhou a obrigatoriedade da instalação dos postos de controle conforme norma do GSI/PR.

Pontos principais:

- (i) Os postos serão estruturados em espaços físicos indicados por cada órgão;
- (ii) Serão equipados com cofre, controle de acesso, escaninho para celulares e monitoramento por CFTV;
- (iii) A gestão do acesso será feita pelo gestor de segurança e por pessoas credenciadas, com agendamento.

Questionamentos:

1. Thais de Almeida questionou se o posto no Ministério da Fazenda será exclusivo ou compartilhado com outros órgãos.

Ana Lília esclareceu que, no caso do Bloco P, de uso exclusivo do Ministério da Fazenda, o posto será compartilhado apenas internamente entre as unidades do Ministério.

2. Thais de Almeida indagou o que será fornecido pelo MGI para estruturar os postos de controle.

Ana Lília informou que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos trabalhará em uma ata de registro de preços para aquisição de itens como cofres, computadores e placas. Cada Ministério poderá aderir conforme sua necessidade.

c. Redução da jornada de trabalho (IN Seges/MGI nº 190, de 2024)

A redução da jornada para 40 horas será implementada a partir de janeiro de 2025, condicionada a negociações com os fornecedores.

Questionamentos:

1. Kelly Barroso questionou a partir de quando a redução de jornada será aplicada.

Ana Lília informou que a implementação será gradual e negociada com cada fornecedor. A comunicação oficial será feita após a formalização dos aditivos contratuais.

IV. ENCAMINHAMENTOS: não houve.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reunião foi encerrada com agradecimentos finais de Ana Lília, destacando a importância da colaboração e participação de todos.

Ata de Reunião aprovada na data de sua assinatura eletrônica.

ANA LILIA LIMA DOS SANTOS
Presidente
Câmara Temática de Administração e Logística
Centro de Serviços Compartilhados
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

ANEXO I
MEMBROS DA CÂMARA TEMÁTICA PRESENTES

Órgão solicitante	Nome	Participante
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)	Ana Lília Lima dos Santos	Titular
	Lucimar Rizzo	Suplente
Ministério da Fazenda (MF)	Thais Carvalho	Suplente
Ministério da Igualdade Racial (MIR)	Jeremias da Costa Sander	Titular
Ministério da Previdência Social (MPS)	Jefferson Brandão Melo	Titular
Ministério das Mulheres (MMulheres)	Kelly Karine Lopes Barroso	Titular
Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)	Adolfo Moreira de Melo Neto	Suplente
Ministério do Esporte (MESP)	Lourival Cutrim Gomes Neto	Titular
Ministério do Turismo (MTur)	Leandro Lima Mendes	Titular
Ministério dos Povos Indígenas (MPI)	Eliamara Massi	Titular

ANEXO II
CONTROLE DE QUÓRUM DA REUNIÃO

		Membros presentes		Convidados	Total
		Titulares	Suplentes		
1	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)	1	1	11	13
2	Ministério da Fazenda (MF)	0	1	1	2
3	Ministério da Igualdade Racial (MIR)	1	0	0	1
4	Ministério da Previdência Social (MPS)	1	0	0	1
5	Ministério das Mulheres (MMulheres)	1	0	0	1
6	Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR)	0	1	0	1

7	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	0	0	2	2
8	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP)	0	0	1	1
9	Ministério do Esporte (MESP)	1	0	1	2
10	Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	0	0	3	3
11	Ministério do Turismo (MTur)	1	0	0	1
12	Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)	0	0	0	0
13	Ministério dos Povos Indígenas (MPI)	1	0	2	3
Total		7	3	21	31

	Membros titulares	Quórum
Instalação	7	54%
Deliberação	7	54%

ANEXO III
LISTA DE PRESENÇA

Órgão solicitante	Nome	Cargo
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)	Pedro Henrique Correia de Castro	Coordenador-Geral de Gestão de Demandas e Inovação
	Cleidiane Maria dos Santos Damásio	Coordenadora Geral de Licitações
	Luiz Fernando Bastos Coura	Analista em Tecnologia da Informação
	Maiko Lemes	Gerente de Projetos
	Thiago Ramos de Souza	Coordenador-Geral
	Raysa Faria de Melo	Coordenadora de Gestão de Documentação e Informação
	Beatriz Magalhães Pinto Peretti	Assistente Técnico
	Ricardo Alves de Almeida	Assessor Técnico Especializado
	Leandro Antônio da Conceição	Contador
	Simone Contin	Analista Técnico Administrativo
	Nágila Monique Silva Ramos	Coordenadora-Geral de Infraestrutura Predial
Ministério da Fazenda (MF)	Regina Célia Dalvi de Souza	Coordenadora de Compras e Contratações
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)	Deolinda Francisco de Matos Lima Caetano	Chefe de divisão
	Leonardo Gomes Araújo	Chefe de Divisão
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP)	Sara Borges das Neves	Assessora
Ministério do Esporte (MESP)	Marco Massato Higa	Coordenador Geral de Gestão e Administração - Subsecretaria
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão	não informado
	Hilquias Rosa de Oliveira	não informado
	Patrícia Daniele Oliveira de Alarcão	não informado
Ministério dos Povos Indígenas (MPI)	Marcus Vinicius Soares Lopes	Chefe de Divisão de Logística
	Edson Yago da Silva Brito	Chefe de Divisão de Gestão documental



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lília Lima dos Santos, Diretor(a)**, em 19/12/2024, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **46994257** e o código CRC **3762C99D**.